

# CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



#### M O Ç Ã O Nº. <u>135</u>

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 3/9/2018

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

APROVADO

PRESIDENTE

Considerando a grave situação que envolve milhares de brasileiros trabalhadores e aposentados dos Correios, lesados durante os últimos anos, em vosso Fundo de Pensão Postalis;

Considerando que o Postalis, foi criado no ano 1981, cuja adesão ao plano à época foi compulsória, ou seja, quem quisesse trabalhar nos Correios precisava necessariamente aderir ao plano, sob pena de não ser admitido;

Considerando que os argumentos para a adesão, à época, foram no sentido de complementar as aposentadorias recebidas do INSS, de forma que os assistidos manteriam a remuneração, semelhante à que recebiam enquanto trabalhadores da ativa, esclarecendo que, embora os Correios sejam uma Empresa Pública, seus empregados são regidos peia CLT;

Considerando que, no ano de 2008, os Correios, unilateralmente, prevendo-se um desequilíbrio atuarial no Plano "BD - Benefício Definido", entendeu que deveria fazer o saldamento do mesmo, fazendo o aporte do valor correspondente ao desequilíbrio (RTSA - Reserva Técnica de Serviço Anterior), onde os funcionários não teriam que arcar com qualquer contribuição extraordinária;

Considerando que foi decidido criar outro Plano chamado PostalPrev que era do tipo de "CD - Contribuição Definida", onde cada participante optava por percentuais de contribuição para formar sua reserva de poupança, com contribuição paritária da patrocinadora;

Considerando que a gestão de ambos planos continuou sob a responsabilidade da Empresa de Correios e Telégrafos, através do Postalis, e, após inúmeros rombos ou gestões temerárias, apurados pelo Ministério Público Federal, no ano de 2014 houve um equacionamento no plano BD, passando a cobrar contribuições extraordinárias de 17,98% de todos os participantes, sendo que os aposentados contribuem ainda com outros 9%, para cobertura de despesas administrativas, somando-se assim, 26,98% de redução em seu benefício proporcional definido no plano BD;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



[Parte integrante da moção nº 135/2018]

Considerando que em outubro de 2017, o Governo Federal, através da PREVIC decretou intervenção no Fundo da Pensão do Postalis, após apurações de novos rombos realizados através de operações especiais da Polícia Federal com: Positus, Greenfield e Pausare, rombos estes que somaram quase R\$ 6 bilhões, envolvendo instituições come o Banco BNY Mellon, com sede nos Estados Unidos, responsável pelas aplicações do Postalis e outros investimentos tidos como "gestões temerárias";

Considerando que além da ECT interromper o pagamento do RTSA, descapitalizando o Fundo Postalis, cujo valor dos rombos iniciais que eram de R\$5,6 bilhões, ora atualizados, atingem a cifra de quase R\$ 15 (quinze) bilhões;

Considerando que o atual interventor já sinalizou a necessidade de um novo equacionamento no plano BD do Postalis, o qual implicará em um aumento das contribuições extraordinárias para bem perto de 50% do valor do benefício proporcional definido no Plano BD, o que irá trazer um sério prejuízo aos empregados da ativa e aos aposentados, reduzindo a sua remuneração complementar, gerado per algo que eles não deram causa;

Considerando que permanece o risco de liquidação do plano BD caso o saldamento do plano não se mostre viável aos olhos da PREVIC, que outrora fechou-os ou quedou-se inerte frente aos rombos e desvio que foram trazidos aos seus conhecimentos desde o ano de 2012 pelas Associações de empregados da ECT;

Considerando que a situação do Plano ED do Postalis é complicada, principalmente, para os fundadores do plano, que são os aposentados mais antigos e cujo plano se constitui em remuneração principal, se comparado com o novo Plano PostalPrey;

Considerando que o estancamento das gestões temerárias, ainda está muito distante, vez que o Estatuto do Postalis privilegia os interesses e vontades da patrocinadora, a ECT e do próprio Governo Federal, que em estância derradeira influência as indicações e rumos das aplicações;

APRESENTAMOS à Mesa, depois das considerações do Plenário, MOÇÃO DE APOIO para as matérias legislativas que envolvam o POSTALIS e seus planos, que possam merecer a atenção e comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos danosos que já vêm sendo arcados pelos aposentados e aposentáveis da ECT, que já se somam em mais de 140.000 mil participantes e assistidos em todo o território nacional.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



[Parte integrante da moção nº 135/2018]

desta propositura conhecimento Que seia dado Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA, ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda EDUARDO REFINETTI GUARDIA, ao Excelentíssimo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR, ao Excelentíssimo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação GILBERTO KASSAB, ao Excelentíssimo Ministro da Casa Civil ELISEU LEMOS PADILHA, ao Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR, ao Senhor Diretor-Superintendente Substituto da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar - FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO, a Senhora Advogada da Advocacia Geral da União GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA, o senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos CARLOS ROBERTO FORTNER, e ao Coordenador de Atendimento e Vendas da Região de Botucatu, GILBERTO APARECIDO NUNES.

Plenário "Ver. Laurindo Ezidoro Jaqueta", 3 de setembro de 2018.

Vereadores autores: **CARLOS TRIGO ALESSANDRA** PDT **LUCCHESI** MDB **PSDB** IZAIAS COLINO CARREIRA CIUL **PSDB** PSB SARGENTO LAUDO ZÉ FERNÁNDES PP/ **PSDB** PSDB ROSE IELO PAULO RENATO PDT **PSC** 

IBSC/aco